

O MEEF E A CONSTRUÇÃO DE UMA CONCEPÇÃO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Introdução

Organizamos este artigo a partir de um breve histórico do MEEF, no intuito de elencar elementos materiais que indicam a construção de uma concepção de prática pedagógica. Num segundo momento articulamos tais elementos com nossa concepção de educação, a partir de uma análise geral dos caminhos da educação no Brasil, desde a década de 1990. Num terceiro momento, apresentamos alguns elementos centrais retirados dos Cadernos de Debates¹ da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF) que articulam a atuação prática do movimento e o delineamento de sua concepção de prática pedagógica. Nos cadernos analisamos os textos relacionados ao debate de formação humana.

O MEEF e os principais embates na área

O surgimento e desenvolvimento do MEEF estão ligados à história da Educação Física (EF), principalmente no que diz respeito à criação das primeiras escolas civis de EF no final da década de 1930. A formação, nesse período, estava relegada ao âmbito militar, com forte cunho disciplinador, o que acabava por limitar a construção do pensamento crítico do professor formado pelas escolas militares.

Para explicar o desenvolvimento do MEEF, enquanto um movimento organizado, tomamos como exemplo a luta desencadeada pelo Centro Acadêmico Ruy Barbosa da Escola de Educação Física e Esportes (EEFE) da Universidade de São Paulo (USP). Os estudantes dessa entidade não aceitavam, à época, a aprovação do parecer 88/55/CFE² proposto pela Escola de Educação Física de Minas Gerais, o qual permitia ingresso aos cursos de formação em EF de candidatos portadores apenas de certificado de 1º ciclo do curso secundário. É contra este parecer que os estudantes de EF da USP lançam uma nota ao MEC pedindo a reprovação do mesmo. Conseguindo obter êxito junto ao ministério, os estudantes exigiram que o ingresso, na condição de acadêmicos, às escolas de educação física (EEF) fosse realizado mediante a apresentação do certificado de conclusão do curso secundário completo. (CADERNO DE DEBATES, 1995).

¹ Os “Cadernos de Debates” são editados pelo MEEF-ExNEEF desde a gestão 93/94, e têm como objetivo socializar, no plano teórico, o acúmulo do movimento em relação a diversas temáticas, tais como esporte, lazer, formação e currículo, movimento estudantil, universidade, dentre outros.

² Conselho Federal de Educação // <www.cfe.gov.br/>

Essa luta acaba por coincidir com outras movimentações do MEEF naquele mesmo período, como a greve estudantil que teve duração de mais de seis meses na Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) ³ do Rio de Janeiro, e que tinha como principal pauta a saída do diretor da referida escola, o professor Pelegrino Júnior⁴.

Os estudantes da ENEFD, na década de 1950, passam a atuar na União Nacional dos Estudantes (UNE), tendo contato direto com os principais quadros do movimento estudantil nacional. Isto foi determinante na formação política dos estudantes, que passam a trabalhar com outras pautas no movimento de educação física, articulando a luta pela desmilitarização da ENEFD, negando-se a cantar o Hino Nacional diariamente, e também na luta contra o racismo exercido pelo clube Guanabara (RJ), onde eram realizadas as aulas de atividades aquáticas, pois a escola nacional não tinha piscina para as aulas de natação. Como o clube não aceitava negros em seu ambiente, o aluno Floriano Manhães não podia fazer as aulas de natação, acumulando reprovações na disciplina⁵. Nessa década também surge, a partir do congresso da União Nacional de Estudantes, em Friburgo (RJ), a União Nacional dos Estudantes de Educação Física (UNEEF), que realiza seu primeiro congresso no período de 18 a 24 de outubro de 1957 (CADERNOS DE DEBATES, 1995).

Nos anos seguintes o movimento estudantil vai sofrer um forte golpe do regime militar, que colocará a UNE na ilegalidade e legalizará, por meio do AI-5, a tortura e a perseguição política aos opositores do regime militar. O MEEF neste período sofre as consequências e, para, além disso, tem um forte ataque da política ditatorial, a partir do Decreto-Lei n.º 705/69, que impôs a prática desportiva nas universidades, visando à desarticulação do movimento estudantil (ME), criando as atléticas⁶, em face ao fechamento dos centros e diretórios acadêmicos.

³ <<http://www.ceme.eefd.ufrj.br/docs/hist.html>> // < <http://pt.slideshare.net/evandrofelipe7/legislao-da-educao-fsica-desportos-brasil>>

⁴ Médico e literato bastante renomado na época, mas que não se fazia presente na escola, omitindo-se tanto dos problemas estruturais quanto políticos da formação.

⁵ Os estudantes sensibilizados com a reprovação do amigo se negaram a fazer as aulas de natação enquanto o problema não fosse resolvido. Por fim, o professor de natação foi convencido a transferir as aulas para a Praia da Urca onde, finalmente, o estudante negro pôde cumprir os requisitos e ser aprovado. (<http://caef.wordpress.com/atas-das-reunioes/>)

⁶ Associação Atlética Acadêmica Universitária (AAA) é uma organização estudantil composta por estudantes do ensino superior que tem como funções básicas a administração, integração e representação dos cursos nos jogos universitários. (Decreto-Lei n.º 3.617, de 15 de setembro de 1941).

A rearticulação do MEEF se realiza junto ao ME, de modo geral, no final da década de 1970 e início de 80; os estudantes de EF criaram e passaram a realizar os “Encontros Nacionais de Educação Física” (ENEFF). O primeiro encontro aconteceu na Bahia e apresentou o tema: “Conjuntura Política Nacional e a Participação dos Profissionais de Educação Física nas Entidades”, no ano de 1980. Assim, a partir de então, os encontros (ENEFF) passam a ter um papel central na articulação do MEEF em âmbito nacional, organizando os estudantes em torno de temáticas que acabavam por centralizar suas ações nos Centros Acadêmicos (CA) e Diretórios Acadêmicos (DA), inserindo nesta década o MEEF na luta pela redemocratização do país, e pela formação social e política do professor de EF.

A EF e o MEEF são bastante influenciados pela conjuntura crescente de mobilizações sociais da década de oitenta, que refletiu, inclusive, na ressignificação do que é EF, e para que/quem serve. Movimento este expresso pela intelectualidade crítica que alimenta os denominados movimentos renovadores da EF. Lucena (1995) demonstra como a discussão da conjuntura política da época foi tema central nos encontros (ENEFF) de Salvador (1980), Goiânia (1981), Vitória (1982), Juiz de Fora, MG (1983), sendo que no de 1984, em Florianópolis, SC, a ação pedagógica da área vai ser debatida centralmente pelo movimento, sob o tema: “Educação Física ou a Arte de Adestrar Seres Humanos”. Ainda para o mesmo autor, esta mudança de enfoque do movimento vinha sendo influenciada pelas obras de Medina (1983), (EF Cuida do Corpo e Mente), de Oliveira (O que é EF?), além de professores como Lino Castellani Filho, João Batista Freire, Celi N. Z. Taffarel, dentre outros. (CADERNO DE DEBATES, 1995).

Os ENEFF passam então a se consolidar como o maior fórum estudantil da área, onde todos os estudantes de EF se reuniam anualmente para discutir e deliberar os rumos do MEEF, todos com direito a voz e voto, em todas as instâncias do encontro, desde mesas, vivências, grupos de discussões, até as plenárias deliberativas. Entretanto, no início da década de 1990 o movimento passa a discutir as temáticas e a própria estrutura organizativa do MEEF. Constatando que havia a necessidade de uma rearticulação do fórum máximo do MEEF.

Este período se mostra bastante significativo para o MEEF, o movimento reorganiza seu principal fórum, a partir de análises políticas das transformações em curso não apenas na área de EF e no ME, mas na própria reconfiguração do mundo do trabalho. Neste período também, no XII ENEEF (1991), que ocorreu na USP, com a temática: “Educação Física Aberta para Balanço”, é eleita a primeira gestão da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF), assim como a elaboração de seu Estatuto. (FERREIRA, 1995).⁷

Neste sentido, a ação do MEEF fica cada vez mais consolidada na especificidade da área. O MEEF, nesse período, engaja-se na execução de seus fóruns, os quais debatem cada vez mais questões pertinentes à EF, como Movimento Estudantil e Currículo (CADERNO DE DEBATES, 1996), Movimento Estudantil e Esporte (1996), articulando em seus fóruns, a partir de então, o debate da conjuntura político-acadêmica.

Já no final da década de noventa ocorre à criação do Sistema CONFEF-CREF a partir da Lei n.º9.696/98⁸, que através de um discurso corporativista define marcos de legalidade para a regulamentação da profissão de Educação Física, sendo um segmento que atua como um braço dos grandes organismos financeiros mundiais na profissão, e acaba por ingerir diretamente na formação do profissional de educação física. Na luta contra o conselho e sua lógica corporativista, estudantes e professores criam, em 1999, o Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de EF⁹, tendo o MEEF participação central na formação deste movimento.

No início dos anos 2000 os embates na área irão centrar-se na disputa em torno da formulação de novas diretrizes curriculares para a educação física, as quais estão em debate desde o fim da década de noventa, e voltam à tona com a aprovação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a educação básica, reabrindo a discussão em torno do encaminhamento da primeira comissão de especialistas (COESP) para a EF

⁷ Ainda nos anos noventa a ExNEEF passa a atuar então de forma a ser uma entidade cuja tarefa é a de impulsionar as deliberações do MEEF, oriundas de seus fóruns nacionais. Assim, articula o movimento em seis regionais que dividem o país, e passa a gerir os encontros regionais (EREEF) e nacionais dos estudantes de EF: os Encontros Nacionais (ENEEF), os Seminários de Movimento Estudantil e Esporte (SMEE), e a criação do Fórum Nacional de Executivas de Cursos (FENEX), assim como a enviar representantes aos espaços da União Nacional dos Estudantes.

⁸ A Lei 9696/98, que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física, estava amparada num discurso corporativista em relação às práticas corporais, buscando colocar todas as manifestações da cultura corporal sob o jugo da EF, desconsidera a formação específica destas manifestações, como as artes marciais, danças, jogos tradicionais, caracterizando os profissionais que não eram formados como leigos e, portanto, desprovidos de capacidade para o exercício de suas profissões.

⁹ Ver blogue: <<http://mncref.blogspot.com.br/>>

que era a de manter apenas uma única graduação em EF (CADERNO DE LUTAS ExNEEF, 2010).

Diante de tais discussões o MEEF passa a participar dos fóruns que debatiam as novas DCN para EF, formulando suas propostas, e, inclusive, uma minuta de resolução (formulada pelo MEEF e o grupo LEPEL) que apontava as bases da formação em EF pautada na licenciatura plena de caráter ampliado, proposta que não será levada em consideração na aprovação das atuais DCN, pela quarta e última COESP, no ano de 2004, aprovando a Resolução 07/2004.

O MEEF, observando que se tratava de um jogo de cartas marcadas, no qual CBCE¹⁰ não seguia a deliberação de seus grupos de trabalho (NOZAKI, 2003), e a atuação do CONFEF¹¹, que ia no sentido de defender a divisão, retira-se então do processo de aprovação das novas diretrizes, denunciando que se tratava de um falso consenso¹², radicalizando as ações do movimento como na ocupação do CNE em 2004 após a realização do XXV ENEEF, em Brasília.

A partir de então, em 2009, na realização do IV seminário interativo de diretrizes curriculares, realizado na Universidade Federal de Sergipe, em Aracaju, o MEEF propõe a campanha “Educação Física é uma Só! Formação Unificada Já! Pela Revogação das Atuais Diretrizes Curriculares!”. No XXX ENEEF, que ocorreu na USP, de 18 a 25 de julho de 2009, com o tema: “Educação Física em Tempos de Crise: a Formação para além dos Muros da Universidade”, ocorreu oficialmente o lançamento da campanha pela formação unificada.

A campanha atingiu diversas escolas do país obtendo êxito na mobilização dos estudantes, formulando documentos que comprovavam a legalidade da formação unificada e denunciando a ingerência do sistema CONFEF-CREF na divisão dos cursos, culminando na formação de comissões paritárias para a rediscussão dos currículos, como no caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).¹³.

¹⁰ Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte <<http://www.cbce.org.br/>>

¹¹ Código de Ética dos Profissionais de Educação Física, regulado pela RESOLUÇÃO CONFEF n.º 056/2003 que dispõe sobre o código de ética dos profissionais registrados no Sistema CONFEF/CREF. <<http://www.confef.org.br/extra/resolucoes...>>

¹² Ver artigo da Professora Celi Taffarel que relata as audiências públicas que aprovaram as atuais diretrizes (DCN) em EF <<http://dacefdufsm.blogspot.com.br/2011/05/relato-das-audiencias-publicas-no-cne.html>>

¹³ Estas, após terem aprovado em seus fóruns a proposição dos estudantes, sofrem golpes por parte das direções dos cursos que acabam por emperrar o processo de reestruturação curricular, como no caso da UFSM, esvaziando a construção da

Em 2010, 2011 e 2012 a temática dos ENEEF será permeada pelas discussões em torno da formação em educação física, a partir da licenciatura ampliada, assim como nos debates de universidade e mega eventos, temas sob os quais o movimento tem se debruçado para a elaboração conjunta de ações, como a construção de seminários, mesas de debates, intervenções em conjunto com outros movimentos sociais, elencando estas lutas com as quatro bandeiras históricas defendidas pelo movimento.¹⁴

O MEEF e a construção de uma concepção de prática pedagógica

A partir desse breve resgate histórico é possível visualizar alguns pontos que indicam a construção do debate do MEEF em torno da concepção de prática pedagógica, como a luta contrária à formação militarista e esportivista nas décadas de 1950, 60 e 70, assim como o delineamento de uma concepção que se eleva da crítica aos modelos postos, a construção da licenciatura ampliada.

Nota-se também o engajamento do MEEF na luta mais geral de defesa da universidade pública gratuita e de qualidade a partir de sua atuação conjunta com o ME geral e outros movimentos sociais ligados à educação. Estes elementos abrem caminhos para que se possa perceber como o movimento foi delineando sua construção e a defesa de uma proposta de formação humana em EF.

De acordo com Frigotto (2010) entendemos que a educação, quando apreendida no plano das relações sociais se torna um campo social de disputa hegemônica da sociedade, no sentido de que as relações sociais, em sua manifestação mais fenomênica, reproduzem a ideologia dominante, sendo então papel da educação tomar partido nesta disputa de poder e de classes como é o caso da sociedade capitalista, ou seja, as relações sociais capitalistas não se perpetuam automaticamente; num plano mais geral, elas acabam por se amoldar aos propósitos dos grandes organismos financeiros mundiais, sendo que no Brasil este movimento acaba se consolidando, definitivamente, a partir da década de noventa.

proposta de formação unificada, e criando outra proposição que não é a da formação unificada, como é na UFRGS, que, após a saída dos estudantes da comissão de reestruturação curricular, se pautou na criação de um curso com uma entrada e duas saídas, o que não corresponde à proposta do MEEF.

¹⁴ As bandeiras de luta do MEEF são: Defesa da construção do projeto socialista; Defesa da licenciatura ampliada e contrária à divisão em licenciatura e bacharelado; contra a regulamentação da profissão, pela regulamentação do trabalho; e contra a atual contrarreforma universitária do governo Lula/Dilma/PT.

Em linhas gerais, o que determina a política em âmbito de América Latina atualmente encontra suas diretrizes nas orientações do Consenso de Washington (1989)¹⁵, cujos pontos principais revelam o papel que o Estado deve assumir na constituição da política educacional. Oriunda deste acordo, a orientação neoliberal para a educação compreende uma proposta de educação mercadológica em potencial, já que, na era neoliberal, a educação está voltada para o atendimento das demandas do mercado de trabalho, adequada à diversificação que este exige, sendo uma formação de cunho superficial, fragmentada, técnica e profissionalizante.

Para traçarmos, de forma breve, o modo como esta política educacional em curso incide no Brasil, tomaremos como referência a tese de doutoramento da professora Kátia Lima que nos oferece o panorama político dos programas de governo para a educação, desde Collor de Mello até Lula da Silva.

Lima (2005) aponta que o programa educacional colocado em curso por Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994) estava orientado pelo Plano Decenal para Educação, que tinha como objetivo inserir o Brasil na “globalização econômica” e na “sociedade da informação”. Para isto, era necessário inserir a educação no plano de serviços, dando a concepção de bem público não estatal, abrindo espaço para a expansão da concepção mercadológica de educação, modelo defendido pelos organismos mundiais, indicando como uma de suas metas a privatização da educação superior.

Já no governo de Cardoso (1995-2002) as linhas gerais para a continuidade deste projeto educacional é reafirmada pela identificação da educação escolar como um serviço público, não estatal. A educação, fundada na lógica da empregabilidade, serve para inserir indivíduos no mercado. Para isto o governo FHC defende uma “revolução administrativa” na educação superior a partir de três eixos: [1] diversificação das Instituições de Ensino Superior; [2] diversificação das formas de financiamento; [3] articulação destas reformas com as orientações dos grandes organismos financeiros mundiais para a educação nos países periféricos (LIMA, 2005). As principais ações

¹⁵ Em 1989, um grupo de economistas latino-americanos de perfil liberal se reuniu com agentes do governo dos Estados Unidos, do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para avaliar as reformas econômicas em curso na América Latina, chegando a alguns pontos consensuais. Fonte: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/consenso.html>> acessado em 15/06/2013.

deste governo se consolidam na construção da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e da elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE).

Lima (2005) aponta que esta política se aprofunda com Lula da Silva principalmente a partir das seguintes diretrizes do governo: (a) o estabelecimento de parcerias público-privadas para o financiamento e a execução da política educacional brasileira, do combate ao analfabetismo, à implementação da educação fundamental, do ensino médio e da educação superior, e, (b) abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação de empresas e grupos estrangeiros, estimulando a utilização das Novas Tecnologias da Educação e Comunicação (NTIC) na educação escolar, através da educação à distância.

Na Educação Física a formação de professores está guiada por força das resoluções 01/2002 e 02/2002 no campo da licenciatura e também nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para EF (DCNEF) orientadas a partir da resolução 07/2004/CNE que não só diversificam a formação em EF através da utilização do termo graduação, o que significa a possibilidade da criação de cursos de Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogos em EF, como orienta a área a fragmentação que acaba se justificando exatamente pelo mercado de trabalho, que define quais os conhecimentos são necessários nas distintas graduações em EF.

Para Nozaki (2003) as mudanças no conteúdo do trabalho decorrentes da reestruturação produtiva a partir da inserção do padrão de acumulação flexível demandou, no campo da formação humana, uma requalificação do trabalhador, priorizando disciplinas estratégicas que visam a uma formação que proporcione a aquisição das competências necessárias para a inserção no mercado de trabalho, como a polivalência e a flexibilidade. Portanto, instaura-se assim na área a concepção de que não se trata da falta de empregos para os trabalhadores de EF, mas da falta de qualificação dos profissionais, algo próprio da ideologia da empregabilidade.

Um fator determinante para a vazão desta política educacional na EF foi e continua sendo a ingerência do sistema CONFEF-CREF. A ingerência do conselho extrapola seus marcos regulatórios de “defesa da população” dos chamados “maus profissionais” pelo conselho, leia-se, os que não têm a carteirinha do conselho. Com esta política, o sistema CONFEF-CREF consegue inserção e legitimidade para compor

espaços como as Comissões de Especialistas (COESP), formadas desde a década de noventa, para debater a formação em EF, sendo o Conselho um dos principais atores dessa fragmentação da área.

No entanto, a formação de professores em educação física como a educação mais geral também se consolida enquanto sendo um campo de disputa da hegemonia da sociedade. Nesse sentido, os trabalhadores da área forjam suas ferramentas de luta de modo a resistirem a tudo isto. O Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), o Movimento Nacional contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR), intelectuais da área organizados em suas respectivas organizações políticas, são exemplos de luta contrários às políticas de ajuste da educação física à concepção de educação do grande capital, respaldadas pelas atuais DCN-EF.

O MEEF acaba tendo protagonismo nessa luta, avançando na formulação da proposta de licenciatura ampliada, a qual visa contrapor-se ao modelo hegemônico de formação, pautado na concepção de licenciatura e bacharelado. O movimento vem se instrumentalizando junto a grupos de pesquisa na área que tratam de potencializar a produção do conhecimento nesta perspectiva, como, por exemplo, o grupo da LEPEL-UFBA coordenado pela professora Celli Taffarel, e o grupo LEEDEF-UFSM, coordenado pela professora Maristela Souza.

No primeiro Caderno analisado por nós, que data do ano de 1995, conseguimos perceber que, a partir do ano de 1984, o movimento passa a relacionar a produção científica na área com os debates políticos mais gerais que o movimento tratava em seus fóruns. Foi o caso do V ENEEF (1984) que, embasado nestas produções, lança à temática “Educação Física ou a Arte de Adestrar Seres Humanos”. As discussões sobre concepção de EF se acirram nessa década, e toma corpo a concepção de bacharelado, a qual não passa despercebida pelo MEEF, que durante o VIII ENEEF (1987) debate tal problemática a partir do tema “Existe Uma Outra Educação Física?”. Assim, o movimento passa a delinear melhor sua concepção de prática pedagógica, referenciando o campo progressista que surgia com os movimentos renovadores da EF.

No primeiro Caderno, produzido pelo MEEF, que data do ano de 1993, pode-se perceber já um claro posicionamento em relação ao objeto de estudo “cultura corporal” e sua articulação com o método do materialismo histórico-dialético, sendo este um

elemento que nos indica um posicionamento mais preciso em relação à concepção de uma prática pedagógica em EF.

O terceiro Caderno analisado, que data do ano de 1996, cujo tema é “Movimento Estudantil e Currículo”, apresenta a base da proposta de formação defendida pelo MEEF, ponto por ponto, apontando as discussões mais específicas em relação ao currículo, trazendo textos de diferentes perspectivas teóricas, o que demonstra que o MEEF, apesar de ter tomado alguns posicionamentos, sempre esteve aberto ao debate com as demais concepções da área da EF.

Silva (1996) apresenta a dualidade que a formação fragmentada assume, sendo a primeira alicerçada em uma prática educativa que se diz neutra de ação-reflexão, voltada ao ensino de técnicas desvinculadas do contexto do aluno. Por outro lado, existe uma perspectiva de formação-educação que define claramente a concepção de homem e de mundo que defende, e assume como finalidade, a formação de agentes políticos que busquem transformar a sociedade, entendendo também o currículo como espaço político e, portanto, permeado pela luta hegemônica da sociedade. Fica explícita aqui a disputa entre os dois projetos de formação colocadas na EF: o primeiro que visa à manutenção da ordem vigente, com o amoldamento do sujeito, e o segundo que propõe uma clara concepção de projeto de sociedade, vinculada aos preceitos do socialismo, esta que é defendida pelo movimento. Este Caderno é o primeiro debate mais sistematizado que o movimento realiza sobre o currículo e a formação profissional e apresenta duas alternativas de formação, a partir de diferentes perspectivas.

Goellner (1996) propõe que o currículo responda à educação voltada para a cidadania, formação de um cidadão autônomo, que se instrumentalize a partir da razão comunicativa. Já Taffarel (1996) sustenta que o debate sobre currículo deve ser assimilado a partir da relação trabalho-educação-capital, sendo uma formação individual, vinculada ao trabalho, e a formação para a força de trabalho na perspectiva do coletivo, tendo o trabalho como princípio educativo. Este último ponto nos indica a posição que o movimento assume neste debate, pois o trabalho como princípio educativo é um dos pontos que sustenta a proposta de formação defendida pelo MEEF.

No quarto volume do Caderno de Debates, que data do ano de 1996, que é fruto das discussões realizadas no XVI ENEEF em Uberlândia (MG), o MEEF faz uma

crítica ao modelo de educação introduzido no país por FHC; este, com um discurso pretensamente modernizante imputou uma concepção de educação sobre a base da qualidade total e da ação interdisciplinar, sendo que o movimento identifica este projeto educacional articulado com o projeto do BM e do FMI para a educação. O quarto Caderno ainda traz a concepção de EF como uma prática social voltada para a “emancipação popular” e a cidadania, aproximando a EF dos movimentos sociais, dentro de uma perspectiva ‘freireana’ de educação. Notamos mais uma vez o amadurecimento do debate sobre a concepção de formação do movimento, em que diferentes perspectivas teóricas se apresentam à análise.

O Caderno de Debates de 1997: “Alguns autores em diferentes roteiros no cenário da Educação Física Brasileira” faz uma caracterização mais geral da sociedade, característica presente em todos os cadernos, e, a partir disso, faz uma crítica ao paradigma da aptidão física e saúde relacionando às disputas que ocorriam na área com as disputas travadas num âmbito mais geral da sociedade e da luta de classes.

Isto demonstra que o movimento articulava os debates da conjuntura política nacional e seus desdobramentos na área da EF, mostrando o alinhamento das abordagens como a aptidão física e saúde às políticas governamentais, o que em análise revela o caráter conservador destas abordagens. O movimento por outro lado estabelece uma crítica de fundo a esta concepção de prática pedagógica, algo que já vinha sendo construído desde antes como vimos, mas que aponta a necessidade de formularmos uma alternativa a esta EF que está posta pelo atual modo de produção.

Os três últimos Cadernos destacam-se bastante em relação aos demais, no que diz respeito à definição de alguns pontos da proposta de formação defendida pelo movimento. Os Cadernos demonstram, desde a criação da primeira COESP em 1998, como foi se dando o embate em relação à construção de novas DCN para área. O MEEF, no entanto, insere-se de maneira mais incisiva a partir de 2003, quando o movimento junto ao grupo LEPEL da UFBA articula uma contraproposta de DCN para a EF, pautada no acúmulo histórico do movimento e nas produções científicas da área.

No Caderno de Debates de 2010/11, “A licenciatura ampliada e as lutas do MEEF”, os autores demonstram que os ajustes na educação brasileira desde a década de noventa estão relacionados à reestruturação produtiva do modo de produção capitalista.

Tendo isto observado, o movimento traça uma crítica aos pilares que sustentam as atuais DCN em EF.

Os posicionamentos nos textos se articulam a partir do referencial teórico do materialismo histórico-dialético, como no caso da utilização de Freitas (1995), em que o conceito de simetria invertida é utilizado para demonstrar que a atual formação profissional se ancora em bases epistemológicas que tornam a formação acrítica, a-histórica e a-política, sendo o aluno um mero reproduzidor e executor das tarefas que o professor lhe ensina no âmbito universitário. Outro exemplo é a crítica ao modelo de formação pautado na aquisição de habilidades e competências por parte do futuro profissional.

Nota-se também que o movimento sempre se colocou ao lado do campo progressista na EF, sendo que este embate em torno da formação profissional, na nossa visão, tratou de desmascarar os nexos e relações da luta de classes no interior da profissão, tendo atores sociais como o sistema CONFEF/CREF e teorias do conhecimento reacionárias, ao lado da ideologia dominante, e o MEEF e o MNCR, além de grupos de pesquisa ligados a intelectuais da área, que se colocam ao lado do projeto histórico dos trabalhadores na EF, contrapondo-se aos preceitos apregoados pela ideologia dominante no interior da formação em EF.

O campo conservador é composto claramente pelas abordagens que não propõem alternativa ao atual modo de produção que, por tal razão, secundarizam o debate mais geral em torno de projeto histórico de sociedade, propondo, no máximo, a formação de um indivíduo mais crítico e reflexivo, ou mais criativo, que enxergue a realidade a partir das “lentes que utiliza”. Isto remete a uma perda de referencial histórico da classe em torno de conquistas, que avançariam no sentido da superação do atual modo de produção.

Estes elementos descaracterizam a EF enquanto lugar de uma prática pedagógica que tem como identidade profissional a docência em qualquer ambiente em que estiver inserida, que defende a história como matriz científica, e uma proposta de formação omnilateral. Estes são os posicionamentos que o MEEF construiu ao longo dos anos, durante os debates travados no interior do movimento e dos embates com o campo conservador da área, e também no plano mais geral da universidade e sociedade.

Desse modo, consideramos que o MEEF, principalmente a partir da formação política e da auto-organização dos estudantes – elementos estes subsumidos das atuais propostas de formação em EF vigente – consegue forjar um posicionamento claro em relação à concepção de prática pedagógica em EF, tendo uma defesa classista em relação a este debate, orientada pelo projeto histórico aqui defendido.

Considerações finais

A partir do exposto, consideramos que o MEEF consegue articular nexos e relações da luta de classes num plano mais geral da sociedade com os embates específicos da área, avançando assim na construção de uma concepção de prática pedagógica, defendida por um segmento, e que encontra respaldo nas produções científicas da área, como nas obras ligadas à pedagogia histórico-crítica e também no Coletivo de Autores (1992). Sendo que tais lutas organizadas pelo movimento em torno desta pauta levaram o MEEF ao aprofundamento de sua proposta.

Já na sua especificidade enquanto um movimento social, interpretamos que o que levou o MEEF a tomar determinado posicionamento em relação à disputa de projetos de formação em EF está ligada diretamente a sua posição e inserção na luta de classes no plano mais geral da sociedade, pois conseguimos visualizar que nos mais diversos textos que o movimento produziu, sempre a formação era vista a partir da relação trabalho-educação-capital e orientada pela a defesa do projeto socialista-histórico.

Isto para nós é que determina em última instância a defesa do movimento por determinada concepção de prática pedagógica respaldada na proposta de Licenciatura Ampliada. O acúmulo coletivo proporcionado pela luta social, desencadeada pelo MEEF demonstra que, enquanto sujeitos históricos que buscam transformar a realidade atual, o caminho da organização política e auto-organização dos estudantes em torno do movimento estudantil tem sido o mais fértil para concretizar as mudanças necessárias.

Referências Bibliográficas

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de educação física*. 12º ed. São Paulo, S P: Cortez, 2005.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. *Caderno de Debates. Movimento Estudantil: história e perspectivas*. Vol. 3, julho/1995.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Caderno de Debates. *Movimento Estudantil e Esporte: em busca de uma visão dialética*. Vol. 1, setembro/1996.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Caderno de Debates. *Movimento Estudantil e Currículo*. 2ed. Vol. 2, setembro/1996.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Caderno de Debates. Caderno de Debates ExNEEF. Vol. 4, setembro/1996.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Caderno de Debates. *Alguns Atores em Diferentes Roteiros no Cenário da Educação Física Brasileira*. Vol. 5, julho/1997.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Caderno de Debates. *Movimento Estudantil e Socialismo*. Vol. 6, setembro/2000.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Caderno de Debates. *Formação Profissional*. Vol. 6, ExNEEF/2001.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Caderno de Debates. *Nossas Lutas*. Vol. 7, outubro/2001.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Caderno de Debates. *Reformas do Estado e Mundo do Trabalho*. Vol. 9, agosto/2007.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Caderno de Debates. Vol. 12, gestão/2009/10.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Caderno de Debates. *A Licenciatura Ampliada e as Lutas do MEEF*. Vol. 13, julho/2011.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Caderno de Debates. *ExNEEF 20 anos – Se o Presente é de Luta, o Futuro nos Pertence*. Vol. 14, agosto/2012.

FREITAS, Luís Carlos. *Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática*. 7ed. Campinas (SP): Papyrus, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 6ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio e TAFFAREL, Celi. Crítica a formação na educação física: em defesa de novas diretrizes curriculares. In: CADERNO DE DEBATES EXNEEF, Vol.15, 2012.

LIMA, K. *A Reforma da Educação Superior nos anos de Contra Revolução Neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, 2005.

NOZAKI, H. T. *Mundo do Trabalho, Formação de Professores e Conselhos Profissionais*. In: FIGUEIREDO, Z. C. C. (org.) *Formação profissional em educação física e mundo do trabalho*. Vitória: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005. Pp. 11-30.